

**Plano Prioritário do
Fundo das Nações
Unidas para a
Consolidação da Paz
(PBF)**

GUINÉ-BISSAU

Junho de 2008

1. CONTEXTO E INTRODUÇÃO

1.1. O Conflito armado de 1998/99 e suas consequências

1. Desde o final do conflito armado de 1998/99 na Guiné-Bissau, e além de anos de esforços envidados pela comunidade internacional para ajudar o governo a voltar a ordem constitucional depois das eleições presidenciais de 2005, o país tem permanecido num estado de instabilidade política e desequilíbrio socio-económico contínuo. Embora as frequentes tensões políticas e sociais do período pós conflito não se tenham degenerado em conflito violento na Guiné-Bissau, em balanço, o sentimento geral é de pessimismo generalizado. A conclusão com êxito de vários processos eleitorais, desde o final do conflito armado há cerca de oito anos, têm falhado na produção das reformas esperadas rumo a uma estabilidade política sustentável que poderia resultar numa reconstrução irreversível pós-conflito e num desenvolvimento socio-económico viável da Guiné-Bissau.

2. Consequentemente, durante anos, tem havido um clima contínuo de polarização política que tem sido marcado pelos frequentes derrubes do governo. Esse clima contribuiu a um declínio no nível de confiança no Estado tanto ao nível interno como ao nível externo em várias ocasiões e durante anos, com os nacionais cada vez mais desiludidos e os parceiros internacionais relutantes em conceder o apoio financeiro contínuo, tão vital à recuperação económica do que o país necessita urgentemente.

3. Ademais, desde o final do conflito armado, a consolidação da paz na Guiné-Bissau tem envolvido um processo de estabilização política não só longo e moroso mas também frágil. Processo esse caracterizado por uma cadência e um ímpeto que dificultam o avanço seguro para uma paz e estabilidade sustentável. Ao mesmo tempo, esse processo de consolidação da paz na Guiné-Bissau tem realçado a pura realidade de que o final de um conflito armado não produz automaticamente e a curto prazo impactos visíveis esperados pela população nem conduz a uma estabilidade política de médio e longo prazo, indispensáveis a um desenvolvimento social e económico estável.

4. A 12 de Março de 2007, um Pacto de Estabilidade Política e um Acordo de Estabilidade Parlamentar de dez anos foram assinados pelos três maiores partidos políticos, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), o Partido de Renovação Social (PRS) e o Partido Unido Social Democrata (PUSD). Essa realineação de forças políticas tem dado apoio da coabitação política entre as forças políticas centrais desde quando o presente Governo do Primeiro-ministro Martinho Dafa Cabi assumiu as funções em Abril de 2007. Ao assumir as funções, o Governo iniciou logo os trabalhos atacando as prioridades internas e aumentando a credibilidade internacional. Ao nível interno, o Governo implementou medidas que visam sanear a crise económica que está a deteriorar e melhorar a gestão das finanças públicas, incluindo a luta contra a corrupção, enquanto que ao nível externo, tem saído bem sucedido no encorajamento dos doadores, dirigidos pelo Banco Mundial e pelo FMI, no sentido de voltarem a apoiar o país e reactivarem os acordos de cooperação.

5. Embora o estabelecimento das Forças Armadas tenha continuado a ser visto como jogando um papel activo na política nacional, tem manifestado repetidas vezes em público a sua intenção de afastar-se da arena política. Contudo, nos anos que seguiram a independência, a falta de uma estratégia polivalente para a reforma do sector de defesa e segurança, combinada com a incapacidade do Governo em prover às necessidades básicas das Forças Armadas, resultou na falha de várias tentativas de desmobilização. Esse factor promoveu repetidas amotinacões e golpes de estado.

6. Mais recentemente, um Programa de Reforma do Sector de Defesa e Segurança (PSSR/Outubro de 2006) finalizado e apresentado à comunidade dos doadores aquando da

mesa redonda de Genebra em Novembro de 2006, teve o apoio das forças armadas. Através da cooperação conjunta entre o Governo e os parceiros internacionais, esse Programa SSR foi tornado operacional e lançado oficialmente durante uma cerimónia realizada no Parlamento a 23 de Janeiro de 2008. Espera-se que a sua boa implementação e conclusão irá contribuir para a estabilidade política no país.

7. O Governo e os parceiros internacionais têm-se empenhado activamente em assegurar a ininterrupção das preparativas para a realização das eleições legislativas em 2008. As respectivas missões de Setembro e Novembro de 2007 da Divisão das Nações Unidas para Assuntos Eleitorais e do PNUD levantaram as necessidades políticas e técnicas, e o documento-projecto do PNUD para assistência eleitoral foi ultimado em Fevereiro de 2008. O processo, aconteceu inicialmente embora que havia, divergências de opiniões entre os actores políticos nacionais, sobretudo no que diz respeito ao calendário eleitoral. Um debate público contencioso sobre o assunto ficou marcado pelo apoio à realização dessas eleições em Março/Abril de 2008 para elas coincidirem com o termo dos quatro anos da legislação, segundo estipulado na Constituição, ao passo que existia uma maioria a apoiar uma data em Outubro/Novembro de 2008, segundo disposta na Lei Eleitoral. O Procurador-geral deu uma opinião legal recomendando a opção Outubro/Novembro de 2008, bem como por Decreto Presidencial de 25 de Março de 2008 anunciado 16 de Novembro de 2008, como sendo a data das eleições,...

8. Apesar do progresso feito até hoje, particularmente a marca de uma data, as preparações para as eleições legislativas continuam impactadas por, entre outras coisas, procedimentos burocráticos, a mobilização morosa de recursos financeiros e a falta de capacidade pelas instituições eleitorais nacionais. Embora que o recenseamento manual e as campanhas de educação cívica estão marcadas a começar no dia 3 de Julho de 2008, no dia 23 de Junho, o PNUD e o Instituto Nacional de Estatísticas e Recenseamentos assinaram um memorando de entendimento para o último dirigir o recrutamento e formação para os funcionários eleitorais assim como a procura dos materiais e equipamentos requisitos, ainda é incerto se todas as necessidades de logística e recursos humanos estarão prontas dentro do cronograma para ser eficientemente respeitadas em observância com todos os requisitos estipulados na lei eleitoral.

9. Ademais, a mobilização de todos os recursos financeiros e técnicos para a implementação das eleições legislativas não tem sido completada. O orçamento total para as eleições soma US\$8.564.098, e até agora, com contribuições atualmente aos US\$960.000 da União Europeia, US\$600.000 do PNUD, aproximadamente US\$1.4 milhões do Fundo para a Consolidação da Paz (veja a secção 3.1.4., parágrafo 36), US\$500.000 de ECOWAS, US\$430.000 de Brasil, material eleitoral de Portugal (valorizado a US\$300.000) e outros equipamentos da Itália e da Suíça, a vacua no orçamento fica as US\$4.2 milhões ou US\$3 milhões, dependendo na adição ou subtração dos custos soberanos do Governo, incluindo custos da gestão administrativa eleitoral, contas atrasadas de eleições prévias e o voto da diáspora. É esperado que a comunidade internacional continue a fornecer assistência para que a vacua no orçamento eleitoral possa ser totalmente coberta.

10. A boa realização das eleições legislativas em 2008 iria constituir um desenvolvimento positivo aos esforços para a consolidação da paz. Contudo, o próprio processo eleitoral não está fora de riscos porque coincidirá com um período de vulnerabilidade acrescida do país e de instabilidade. Além disso, dependendo dos efeitos e a aceitação dos resultados, das eleições partidárias, tais como o congresso do PAIGC e a disputa de liderança marcado para os dias 26-29 de Junho, teria potencial para desviar a agenda eleitoral, que por sua vez teria consequências no calendário do engajamento da Comissão para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

11. A utilização da Guiné-Bissau como ponto de trânsito para as actividades de narcotráfico, principalmente entre a América do Sul e a Europa, é um factor que compromete os esforços do Governo e dos parceiros internacionais por uma estabilidade política e consolidação efectiva da paz. As fraquezas institucionais, com particular respeito à capacidade das forças policiais de ordem pública e da judiciária em lutar contra o crime e em reforçar a aplicação da lei, traz mais desafios à resolução desse problema. Demais, os esforços do corajoso pessoal ligado à aplicação da lei e os agentes públicos que se encontram na linha de frente no combate ao narcotráfico, estão a ser comprometidos pelo clima de ameaças e de intimidações perpetrado por indivíduos ou grupos suspeitos de estarem envolvidos no narcotráfico. Também existe um medo cada vez mais crescente de que o dinheiro do narcotráfico possa ser infiltrado para comprometer a qualidade justa e transparente que se requer das eleições legislativas de 2008. A combinação de incidentes cada vez maiores no tráfico de drogas, armas e da emigração clandestina sugerem que a fraqueza das instituições do Estado permite uma onda preocupante de actividades ligadas ao crime organizado.

12. Além do narcotráfico, a Guiné-Bissau está agora a deparar-se com riscos emergentes ligados ao uso do seu território pelos terroristas para refúgio. Na sequência das ameaças de represálias contra o país proferidas por dois Mauritanianos presos em Bissau em Janeiro de 2008 em como estavam ligados ao assassinio de quatro turistas franceses na Mauritânia, foi criado um comité especial de defesa e segurança nacional para fiscalizar o reforço da capacidade e da estratégia de prevenção de crime na Guiné-Bissau. As autoridades pediram apoio dos seus parceiros externos particularmente com vista à fraca capacidade do Governo em controlar suas fronteiras nacionais.

13. Os actores da Sociedade Civil continuam a desempenhar um papel importante na formação da opinião pública nos esforços a endereçar os desafios à consolidação da paz na Guiné-Bissau, ainda sobretudo nas iniciativas de diálogo construtivo e no processo de reconciliação nacional. Várias plataformas de facilitação do diálogo nacional foram criadas por diversos parceiros internacionais que trabalham com agrupamentos da sociedade civil. Isto inclui iniciativas tais como uma plataforma para o diálogo denominada “Estados Gerais;” INTERPEACE- Voz di Paz; a Comissão Parlamentaria para a Reconciliação Nacional; e a Reconciliação Nacional das Forças Armadas. Como exemplo, a iniciativa de diálogo *Estados Gerais* foi lançada em Março de 2006 para unir a actores sociais, políticos e religiosos para empreender uma série de diálogos socio-políticos interactivos destinados à criar um espaço onde alcançar o consenso sobre as fontes de instabilidade, as causas profundas do conflito e as prioridades do desenvolvimento. Nessa conexão, seria pertinente a tomar em consideração assuntos de gênero na formulação não somente nas medidas de curto-prazo, mas também nas estratégias do médio e longo prazo para a consolidação da paz no país.

1.2 Nova abordagem da Comissão para a Consolidação da Paz / O Fundo para a Consolidação da Paz (FCP) na Guiné-Bissau

14. A Guiné-Bissau foi referida à Comissão para a Consolidação da Paz (CCP) em Dezembro de 2007 pelo Conselho de Segurança para proporcionar conselhos sobre como ajudar o país a enfrentar os desafios com que se depara. A CCP aceitou o pedido de conselho em Dezembro e em Janeiro de 2008 estabeleceu um Grupo de Contacto Especifico (GCE) para a Guiné-Bissau, compreendendo membros da Comissão e parceiros regionais e internacionais pertinentes. Através de consultas regulares e missões realizadas à Guiné-Bissau, o GCE tem estado a trabalhar activamente e planeia desenvolver uma Estratégia Integrada de Consolidação da Paz (EICP) conjuntamente com o Governo dentro de primeiros meses do engajamento. Assim, o Primeiro-ministro Martinho Dafa Cabi e

outros membros do Governo participaram no encontro do GCE sobre a Guiné-Bissau a 20 de Fevereiro em Nova Iorque, onde o GCE recomendou ao Secretário-geral que a Guiné-Bissau fosse declarada ilegível para acesso ao Fundo para a Consolidação da Paz. Essa ilegibilidade foi confirmada pelo Secretário-geral a 11 de Março de 2008.

15. No quadro das contínuas preparativas entre o Governo e a CCP visando concluir a EICP para a Guiné-Bissau, bem como as lições aprendidas da CCP/FCP de outros países, foi decidido aplicar uma abordagem de duas etapas à Guiné-Bissau:

(i) **A elaboração de um plano provisório de prioridades** que reflecta um número seleccionado de iniciativas (projetos de curto prazo) de impacto imediato que poderiam ser implementadas logo, produzindo os primeiros impactos positivos visíveis a judar a atender a algumas das principais prioridades e dos principais desafios identificados pelo Governo;

e

(ii) **A elaboração de um plano alargado de prioridades** logo que a Estratégia Integrada para a Consolidação da Paz (EICP) for adoptada. A versão final do plano de prioridades resultará da EICP mas dará uma ênfase mais restrita e imediata à consolidação da paz, concentrando-se na resolução das causas profundas do conflito, ao passo que a CCP, no contexto do Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz (QECP) na Guiné-Bissau, envidará maior esforço pela mobilização de recursos e oferecerá uma plataforma de advocacia contínua para assegurar um apoio sustentado visado à atender aos desafios e areas de necessidade identificados na EICP.

2. DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DA PAZ NA GUINÉ-BISSAU

16. Os desafios com que a Guiné-Bissau se depara na consolidação da paz e as prioridades da consolidação da paz que emanam desses desafios, estão interligadas. Na Guiné-Bissau, a instabilidade política tem tido um efeito directo e negativo na situação económica do país, o que por sua vez comprometeu severamente a capacidade do Governo em abordar os grandes problemas em tais sectores sociais como a educação e a saúde. Também existe uma ligação clara entre a falta de reformas no sector de defesa e segurança (SSR) e a reactivação da economia, guardando em mente que o sucesso da reforma no sector de defesa e segurança articula-se com uma reintegração efectiva dos militares desmobilizados na sociedade. O tratamento efectivo dessas duas questões terá um efeito positivo na luta contra as ameaças socio-económicas como o narcotráfico e o crime organizado.

17. A garantia da paz e da estabilidade é crucial para que os esforços concertados e sustentáveis possam aliviar a pobreza. Para se aliviar a pobreza é preciso crescimento económico; para conseguir um crescimento económico têm de existir infra-estruturas que funcionam de forma autónoma e infra-estruturas adequadas, mais visivelmente no sector da energia, que é essencial às indústrias de transformação e de processamento e à crescente produção de bens e serviços.

18. A falta de diversidade na economia e o magro desempenho económico do país durante anos, agravado pela alta taxa de desemprego, levou a uma condição fiscal frágil marcada pela baixa taxa de rendimento e pela alta despesa pública. Isto, por sua vez, impediu o Governo de prover os serviços básicos indispensáveis à manutenção de uma paz sustentável e duradoura. A quebra de tal círculo vicioso, a que recorrentes instabilidades económica, institucional e política estão intricadamente ligadas, é crucial para se ultrapassar os desafios da consolidação da paz no país.

19. A história de conflitos na Guiné-Bissau define grandemente os desafios com que o Governo, os cidadãos e os parceiros de desenvolvimento se deparam hoje em dia na reconstrução pós conflito e no desenvolvimento socio-económico sustentável. Os actuais documentos de estratégia nacional e planos de acção elaborados pelo Governo e pelos

parceiros internacionais, tais como o Documento Estratégico Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP/2006), o Plano Operacional de Luta Contra o Narcotráfico (2007), bem como os documentos estratégicos de parceiros internacionais (UNDAF, entre outros) ajudaram na identificação de um número de desafios interligados que constitui a fraqueza ou desafios que impactam diretamente os esforços para a consolidação da paz na Guiné-Bissau. **Esses desafios incluem fraquezas na governação democrática tanto ao nível do governo central como do governo local; instabilidades políticas persistentes; a necessidade em reformas urgentes no sector de defesa e segurança (SSR); a necessidade em reformas na administração pública; uma economia nacional fraca e a estagnação no ritmo do desenvolvimento socio-económico; fraqueza no estado de direito e na administração da justiça; o narcotráfico e crime organizado, inclusive o tráfico de armas e de pessoas humanas.**

2.1 INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS APRESENTADAS PELO GOVERNO

20. Com base nas consultas realizadas junto dos representantes governamentais e demais actores durante a missão exploratória à Guiné-Bissau de 23 a 28 de Janeiro de 2008 pela Presidente do GCE, eis as prioridades para a consolidação da paz conforme identificadas e apresentadas de seguida pelo Governo como sendo fundamentais em tratar dos vários desafios de consolidação da paz que a Guiné-Bissau enfrenta:

- (i) Reforma da Administração Pública;**
- (ii) Consolidação do Estado de Direito e das Reformas no Sector de Defesa e Segurança;**
 - (a) Apoio ao sistema eleitoral
 - (b) Apoio ao sistema judicial
 - (c) Desmobilização, reintegração e reinserção dos militares e policias
 - (d) Combate às armas de pequeno porte e às armas ligeiras
 - (e) Desminagem
- (iii) Promoção da formação técnica profissional e do emprego para jovens; e**
- (iv) Apoio aos grupos vulneráveis**
 - (a) Acesso dos grupos vulneráveis aos serviços sociais
 - (b) Desenvolvimento do capital humano no sector da educação
 - (c) Reforço da capacidade humana e melhoria do funcionamento dos centros de saúde

3. RESUMO DOS PROJECTOS DE CURTO PRAZO (IMPACTO IMEDIATO) PROPOSTOS INICIALMENTE PARA TRATAR DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

3.1 Actuais planos estratégicos nacionais e planos de acção: um ponto de partida para a implementação de projectos de impacto imediato sob o Fundo para a Consolidação da Paz

21. No sentido de criar complementaridades e evitar duplicações, para efeitos de Coordenação, ligações e continuidade da concessão de assistência à Guiné-Bissau sob a totalidade da Estratégia Integrada para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, é importante que o Fundo para a Consolidação da Paz explore os esforços contínuos de cooperação do Governo e dos parceiros internacionais ajudando a financiar os projectos de curto prazo. Esses esforços estão a ser envidados no âmbito dos presentes planos

estratégicos nacionais e planos de acção, nomeadamente o Plano Estratégico Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP/2006), o Plano de Reforma no Sector de Defesa e Segurança (2006), o Plano Operacional do Governo para lutar contra o Narcotráfico, entre outros.

3.1.1 MELHORIA DO SECTOR DE DEFESA E SEGURANÇA

22. O Programa de Reformas no Sector de Defesa e Segurança é o quadro global do Governo para a reestruturação das forças armadas e para reformas nos sectores de segurança e da justiça. A reforma do sector de defesa e segurança é atribuída a três sectores principais, subdivididos da seguinte forma: (a) Defesa: centrada no programa da reestruturação e do redimensionamento do sector da defesa; no programa de modernização das forças de defesa; no programa de reinserção do pessoal desmobilizado; e no programa de desenvolvimento das capacidades da sub-região em consolidar a paz e a segurança; (b) controlo da segurança e do crime: com ênfase no programa da reestruturação do sector de segurança; no programa de modernização das forças de segurança; no programa de desenvolvimento de capacidades em controlar o crime organizado; e no programa de segurança e da cidadania; (c) Reforço das reformas: com atenção especial ao programa de justiça e segurança; ao programa da melhoria das condições de vida dos combatentes da liberdade da pátria; ao programa de consolidação da paz e da reconciliação nacional; e ao programa de desenvolvimento das capacidades na implementação da reforma.

23. O Programa de Reforma no Sector de Defesa e Segurança preconiza a redução do efectivo das forças armadas e o estabelecimento da Defesa Nacional e de novas forças policiais e de segurança. Essas forças vão concentrar-se em obstruir o aumento do influxo do trânsito de drogas ilícitas pelo território nacional, e no combate da criminalidade em geral e a garantia de segurança para a população nacional. Não obstante a falha dos anteriores esforços de desmobilização, pela parte das forças armadas parecem aderir ao último plano, conforme demonstrado pela sua participação na cerimónia de lançamento do Programa de Reforma no Sector de Defesa e Segurança no Parlamento a 22 de Janeiro de 2008.

24. Ao meio de ano 2007, foi concebido um projecto piloto para ajudar a preparar o terreno para uma Reforma efectiva no Sector de Defesa e Segurança como precursor do inicio de programas de Reforma no Sector de Defesa e Segurança que não culminariam com o regresso do pessoal desmobilizado nas Forças Armadas. Como parte do quadro maior do Programa de Reforma no Sector de Defesa e Segurança lançado recentemente, a CEDEAO recebeu um pacote de apoio financeiro de 2 milhões de Dólares Americanos do Governo da Nigéria para um projecto destinado a prover formação profissional no Brasil para oficiais de postos altos escolhidos das Forças Armadas da Guiné-Bissau. Esse projecto fora concebido no quadro do mecanismo de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração inserido no programa do Governo para a Reforma no Sector de Defesa e Segurança, e visa proporcionar actividades geradoras de rendimento e de subsistência ao pessoal desmobilizado das Forças Armadas. A sua implementação será feita em parceria entre o Governo da Guiné-Bissau, a Agência Brasileira de Cooperação a CEDEAO, o UNOGBIS e o UNOPS e, espera-se que comece dentro de em breve.

25. O total do custo do Programa do Governo para a Reforma no Sector de Defesa e Segurança orça em 184 milhões de Dólares Americanos. A mobilização de recursos ainda está em curso. Até à data presente, apenas cerca de um terço do total do orçamento se tem dado como garantia. A União Europeia tem sido instrumental na qualidade de parceiro líder provendo apoio financeiro e técnico à Reforma no Sector de Defesa e Segurança. O exercício do Recenseamento das Forças Armadas -- reconhecido pelos parceiros internacionais como sendo condição necessária para se poder continuar a mobilizar

recursos para financiar os vários projectos sob o Programa de Reforma no Sector de Defesa e Segurança -- foi concluído em Março deste ano. Os resultados, publicados mostram que as Forças Armadas da Guiné-Bissau estão compostas de 4,493 soldados (1,869 oficiais; 604 sub-oficiais; 1,108 sargentos; e 867 outros de rangos menores). A conclusão é que as Forças Armadas tem um piramide invertido na sua estrutura hierárquica, com um promedio de 2.73 soldados por 1000 habitantes, comparado com o promedio sub-regional de 1.23 soldados por 1000 habitantes. Esta conclusão enfatiza a necesidad para a reforma no Sector de Defesa e Segurança , em particular um componente de desmobilização e reintegração bem conduzido. ,.

26. Governo deu entrada a dois projectos de impacto imediato que foram desenhados em conformidade com a estrategia de recém lançado programa de SSR para serem considerados pelo Fundo da Consolidação da Paz e financiados a curto prazo. Un dos projectos está relacionado com a reabilitação de casernas militares, que foi escolhido e submetido à Comité Nacional de Pilotagem do Fundo para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

(montante máximo de 2 milhões de Dólares Americanos)	
Apoio ao Sector de Defesa (como parte da Reforma do Sector de Defesa e Segurança)	
<p>2.000.000 USD</p> <p>(Nações Unidas/pa rceiro) de Implemen tação</p> <p>UNOPS / Ministério de Defesa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação de 33 casernas militares espalhados por todo o país, como parte da reabilitação infraestrutural no quadro do Programa do Governo para a Reforma no Sector de Defesa e Segurança: • A ideia do fundo do projecto é a necessidade em criar confiança e motivar as Forças Armadas em participarem no processo contínuo do Programa do Governo para a Reforma no Sector de Defesa e Segurança; • A relação do projecto com a consolidação da paz baseia-se na necessidade em tratar de um dos factores socio-económicos que estão na base do descontentamento no seio das Forças Armadas, expresso no passado recente através de amotinações e rebeliões tais como a persistente razão de queixa contra a má condição de vida e exposição do pessoal militar aos riscos de saúde e segurança; • O presente projecto irá reabilitar os quartéis militar proporcionando um ambiente de vida decente aos membros das Forças Armadas; irá reduzir o estado precário dos níveis de vida prevalentes nas casernas, como irá reduzir os riscos de saúde e segurança; e criar confiança no seio do pessoal das Forças Armadas; • As áreas visadas incluem os dormitórios dilapidados, as unidades de cozinha, os refeitórios, as latrinas, as casas de banho e outras instalações sanitárias, a construção de poços e reparação das instalações eléctricas nas 33 casernas militares
<p>Nota: A Nota de Orientação e as Propostas Inteiras do Projeto para a Reabilitação das Casernas Militares foram aprovadas pelo Comité Nacional de Pilotagem para o Fundo para a Consolidação da Paz em reuniões nos dias 24 de Abril e 29 de Maio, respetivamente. Toda a documentação relacionada tem sido processada e mandada ao Fundo Fiduciário dos Multi-Doadores (Multi Donor Trust Fund) para a transferência dos fundos marcados para que o começo da implementação do projeto aconteça logo.</p>	

3.1.2 MELHORIA DO SECTOR DA JUSTIÇA (NUM QUADRO MAIOR DA REFORMA DO SECTOR DE DEFESA E SEGURANÇA)

27. Nas suas exposições trimestrais em 2007 sobre a situação na Guiné-Bissau, o Conselho de Segurança realçou a necessidade do apoio da comunidade internacional em capacitar a Guiné-Bissau a combater o fenómeno do narcotráfico como ainda realçou que o apoio destinado à Reforma no Sector de Defesa e Segurança deveria igualmente contemplar um quadro geral de longo prazo para um combate efectivo à droga ilícita. Em colaboração com o Escritório das Nações Unidas de combate à Droga e ao Crime (UNODC), o Governo elaborou em Novembro de 2007 um Plano Operacional de combate e prevenção contra o narcotráfico destinado à Guiné-Bissau e proveniente da Guiné-Bissau.

28. O plano operacional tem uma duração de três anos (2007-2010) e preconiza: (1) empregar em Bissau um conselheiro da UNODC para Crime Internacional de Narcotráfico Organizado; (2) a implantação de uma unidade especializada na Policia Judiciária para investigar e combater o narcotráfico e o crime organizado; (3) o reforço da capacidade judicial na prossecução e sentença de crimes ligados à droga e crimes organizados. (4) a reforma da administração penitenciária; (5) a disponibilidade de prisões adequadas e centros de detenção na Guiné-Bissau; (6) o acesso melhorado à justiça nas áreas piloto seleccionadas; (7) a capacidade de melhorar a detenção e interdição através da elaboração de programas; (8) a melhoria do controlo nas fronteiras através do aumento da capacidade de mobilidade, comunicação e inteligência; (9) o reforço do controlo sobre as actividades económicas e financeiras realizadas na Guiné-Bissau através da melhoria dos conhecimentos sobre circulações financeiras e actividades económicas não declaradas e da instalação de um sistema operativo efectivo contra o branqueamento de capitais; (10) um sistema eficiente que controla e estigmatiza as práticas de corrupção na Guiné-Bissau; (11) o aumento da capacidade da Policia de Ordem Pública (POP) em garantir a aplicação da lei e da ordem aos cidadãos da Guiné-Bissau; (12) a melhoria do acesso do cidadão ordinário à protecção e à justiça através do apoio ao programa das Casas de Justiça nas oito províncias; (13) a melhoria do acesso à justiça através da concentração nas crianças em sistema de justiça; e (14) o reforço contínuo da reestruturação da administração penitenciária.

29. Como parte do apoio ao sector de justiça no combate à criminalidade, incluindo o narcotráfico e o crime organizado, num quadro maior da Reforma do Sector de Defesa e Segurança, o Governo submeteu um projecto de impacto imediato para ser apoiado na administração da justiça, especificamente desenhado para reabilitar prisões seleccionadas na Guiné-Bissau.

montante máximo de 0.9 milhões de Dólares Americanos	
Apoio à administração da justiça (como parte da Reforma do Sector de Defesa e Segurança) através da reabilitação de prisões seleccionadas na Guiné-Bissau	
0.9milhões de USD	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação de duas prisões em Bissau, uma em Mansoa, outra em Bafatás • O presente projecto irá reabilitar as actuais instalações penitenciárias, assegurar o desenvolvimento de capacidades `à aos administradores das prisões e prover equipamento básico necessário para administrar a prisão em conformidade com os padrões internacionais de detenção dos prisioneiros. • O presente projecto ainda dispõe de uma componente de desenvolvimento de capacidades que preconiza a formação de quadros que integram o pessoal da prisão nos temas de gestão da prisão, a garantia dos direitos
(Nações Unidas/ Parceiros) de Implemen	

<p>tação</p> <p>UNODC/ Ministério de Justiça</p>	<p>fundamentais dos prisioneiros, a administração da segurança na prisão e a gestão de crise.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projecto irá combinar a necessidade em assegurar infra-estruturas físicas seguras e adequadas, capazes de albergar prisioneiros e detidos em conformidade com os padrões internacionais de tratamento de prisioneiros. • Também, o projecto irá prover os equipamentos básicos necessários para a gestão da prisão, tais como equipamentos pertinentes de vigilância, computadores para as estatísticas adequadas da gestão administrativa e de prisioneiros, dispositivos básicos de detenção e de coibição do prisioneiro (como, por exemplo, colmos), entre outros. • O projecto será finalmente sustentado pelas actividades de seguimento planeadas no quadro do plano operacional do Governo contra a droga (2007-2010). <p>Nota: A Nota de Orientação e as Propostas Inteiras do Projeto para a Reabilitação de Prisões Seleccionadas foram aprovadas pelo Comité Nacional de Pilotagem para o Fundo para a Consolidação da Paz em reuniões no dia 24 de Abril (revisadas 10 de Junho) e no dia 16 de Junho, respectivamente. Toda a documentação relacionada tem sido processada e mandada ao Fundo Fiduciário dos Multi-Doadores (Multi Donor Trust Fund) para a transferência dos fundos marcados para que o começo da implementação do projeto aconteça logo.</p>
---	---

3.1.3 CRIAR CONDIÇÕES E O AMBIENTE CONDUCENTE À ESTABILIDADE POLÍTICA E AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

30. O Documento Estratégico do Governo para a Redução da Pobreza (DENARP) pelo período de 2007-2010 está assente sobre quatro pilares: (1) o reforço da governação e da modernização da administração pública e a garantia do crescimento macroeconómico; (2) a promoção do crescimento económico e da criação do emprego; (3) o aumento do acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas básicas; e (4) a melhoria das condições de vida dos grupos vulneráveis. Alguns aspectos principais da consolidação da paz ao abrigo de cada uma das quatro áreas de prioridade são muito importantes para a Comissão da Consolidação da Paz advogar antecipadamente com vista a mobilização de recursos e à coordenação dos actuais e esperados esforços bilaterais e multilaterais.

31. O quarto pilar do Documento Estratégico para a Redução da Pobreza focaliza-se na melhoria das condições de vida dos grupos vulneráveis, referentes neste caso às camadas sociais especiais que incluem crianças, mulheres e pessoas inactivas. As suas vulnerabilidades são sintomáticas de factores provenientes dos problemas estruturais e de capacidade que afectam o Estado e que são causados pelas distrações e pelo impacto debilitador de conflitos repetidos. Eis as medidas preconizadas nesse domínio estratégico: (i) melhoria da protecção dos grupos vulneráveis; (ii) promoção de actividades geradoras de rendimento; (iii) promoção de centros que saneiam problemas de analfabetismo entre mulheres; e (iv) promoção do desporto e a regeneração de espaços residenciais.

32. O Governo submeteu um número de projectos de impacto imediato para financiamento através do Fundo para a Consolidação da Paz. Desses projectos, um foi concebido para promover a formação, o emprego e as actividades geradoras de rendimento na agricultura e a formação profissional para a juventude da Guiné-Bissau. Faz parte de outros projectos submetidos, o projecto de impacto imediato consistindo na realização do recenseamento populacional, assim

como o projecto do desenvolvimento da capacidade dos órgãos de comunicação de massa (media) da Guiné-Bissau. As notas de orientação sobre esses projectos têm especificado a ligação entre os desafios em consolidar a paz e a conformidade desses projectos com as actuais estratégias nacionais. O projeto para a formação e emprego de jovens foi escolhido e submetido à Comité de Pilotagem Nacional do Fundo para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

montante máximo de 1.5 milhões de Dólares Americanos	
Apoio aos grupos vulneráveis – Formação e Emprego de Jovens	
<p>1.500.000 de USD</p> <p>(Nações Unidas/ Parceiros) de Implementação</p> <p>UNDP / Ministério da Juventude, Cultura e Desporto, Ministerio de Educação, instituto Nacional de Juventud</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da capacidade nacional do Instituto Nacional para a Juventude em melhorar a gestão e o seguimento da formação profissional e tecnica e criação de emprego juvenil na Guiné-Bissau; • O estabelecimento de uma politica nacional da juventude e a formação profissional de jovens visados; • Informação e sensibilização da juventude quanto às possibilidades de formação e criação de emprego; Assistência aos jovens visados na formulação e desenvolvimento de projectos, incluindo assistência através de projecto de micro-finanças; • Esse projecto de desenvolvimento da capacidade nacional em formar e criar emprego para jovens irá contribuir na implementação dos aspectos do Documento Estratégico do Governo para a Redução da Pobreza, concentrando-se no alívio da pobreza através do estímulo do potencial juvenil até agora não explorado com o fim deles contribuírem para o crescimento económico; • O projecto preconiza ter impacto na consolidação da paz em termos da redução da vulnerabilidade da juventude às actividades precárias (como emigração clandestina e criminalidade) ao mesmo tempo que reduz a existência de jovens inactivos e desempregados e a possibilidade deles serem objectos de recrutamento por bandos armados e facções propensas ao conflito. Esse projecto irá reforçar as iniciativas da consolidação da paz. • Os primeiros grupos de jovens visados por esse projecto são os 500 jovens seleccionados em Bissau, nas periferias do capital e nas regiões distantes). As áreas de concentração da formação profissional incluem a agricultura, a criação de animais domésticos, a pesca e outras ocupações pertinentes. Esse projecto poderá ser replicado através dos próximos financiamentos para a expansão do número de jovens beneficiários e das áreas visadas para apoio à formação de jovens e criação de emprego para jovens. • Os critérios de selecção dos jovens será baseado no género, com ênfase particular nas candidatas femininas que serão assistidas com programas especialmente desenhados para o desenvolvimento das suas capacidades e a sua orientação. <p>Nota: A Nota de Orientação e as Propostas Inteiras do Projeto para a Formação e Emprego dos Jovens foram aprovadas pelo Comité Nacional de Pilotagem para o Fundo para a Consolidação da Paz em reuniões nos dias 24 de Abril e 29 de Maio, respectivamente. Toda a documentação relacionada tem sido processada e mandada ao Fundo Fiduciário dos</p>

<p>Multi-Doadores (Multi Donor Trust Fund) para a transferência dos fundos marcados para que o começo da implementação do projeto aconteça logo.</p>

3.1.4 MELHORIA DA GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA E DA PARTICIPAÇÃO

33. Quando entrou em funções em Abril de 2007, o Governo anunciou que uma das suas prioridades era a realização de eleições legislativas credíveis e transparentes em 2008. Desde o início das eleições multipartidárias em 1994, a Guiné-Bissau ainda não tem concluído um ciclo eleitoral completo, livre de demoras, adiamentos, desafios às leis ou interrupções ligados à intervenção dos militares. As últimas eleições legislativas foram realizadas em Março de 2004, seguidas de um período de turbulência e transição política. Embora a ordem constitucional tenha sido visto como sendo estabelecida através da realização das eleições presidenciais de 2005, foi evidente que a governação democrática e a participação poderiam ser reforçadas pela realização das eleições legislativas em 2008.

34. O maior constrangimento à organização e realização de eleições legislativas credíveis e transparentes este ano é de ordem financeira. O constrangimento é ainda mais agudizado pelos atrasos no exercício do registo dos eleitores, o qual vem estipulado na Lei Eleitoral de que deva ser realizado em Janeiro/Fevereiro do ano em curso: também atrasos no exercício da educação cívica envolvendo toda a população. Essas duas actividades são vitais ao exercício da governação democrática e participativa.

35. O Governo e parceiros internacionais têm-se empenhado activamente em assegurar que as preparativas se mantenham para a realização das eleições legislativas em 2008. Um dos pilares de apoio no Quadro do Assistência das Nações Unidas ao Desenvolvimento (UNDAF) 2008-2012 é a governação, sobre o qual os Sistema das Nações Unidas se concentraram em apoiar o reforço da capacidade do Estado em governar com devida consideração à garantia de uma participação democrática, dos Direitos Humanos, do Estado de Direito e dos princípios da transparência e da gestão eficiente dos recursos nacionais.

36. Nessa conexão, o Governo submeteu um projecto de impacto imediato pedindo apoio ao registo dos eleitores e à educação cívica para o ciclo eleitoral de 2008-2010 na Guiné-Bissau a ser considerado. Pelo Comité Nacional de Pilotagem do Fundo para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau.

montante máximo de 1.4 milhões de Dólares Americanos	
Apoio ao Ciclo Eleitoral da Guiné-Bissau: Fase 1-Eleições Legislativa em 2008	
Registo do Eleitor e educação cívica	
1.400.000 de USD	<ul style="list-style-type: none"> Apoio às autoridades eleitorais nacionais em estabelecerem uma lista de eleitores registados (não actualizada desde as eleições presidenciais de 2005) como parte das preparativas às próximas eleições legislativas nacionais, também como parte dos esforços por criar condições básicas de se assegurar uma organização adequada, eficiente e pacífico das eleições, marcadas para o dia 16 de Novembro 2008.. isto poderá ainda incluir o planeamento e a realização de campanhas de educação cívica, inclusive sobre o registo manual ou biométrico de eleitores, enquanto se assegura um apoio técnico de médio prazo às principais autoridades eleitorais
Nações Unidas/ Parceiros)	

<p>de Impleme ntação</p> <p>PNUD, Gabinete do Primeiro- ministro, Ministério dos Negócios Estrangeir os, Comissão Nacional de Eleições – (CNE); Mnistério do Interior.</p>	<p>nacionais, tudo, em estreita colaboração com todos os outros actores rumo a um desenvolvimento de capacidade durável.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projecto visa assistir as autoridades eleitorais nacionais ou as direcções de serviços eleitorais no estabelecimento de um banco de dados de eleitores fiável e credível, para ajudar a assegurar a responsabilidade e a participação inclusiva dos eleitores elegíveis no exercício da governação democrática.; • O projecto irá desta feita ajudar a implementar actividades urgentes e imperativas de curto prazo para assegurar um processo eleitoral bem organizado e pacífico em 2008, enquanto abre o caminho ao estabelecimento de uma fundação mais sólida para as actividades de desenvolvimento de capacidade ligadas ao ciclo eleitorais em 2010 (eleições presidenciais); • A finalidade do projecto é de ajudar a consolidar a democracia e a participação democrática, assegurando que o povo da Guiné-Bissau exerce os seus direitos democráticos e lhe é dado a devida oportunidade de participar na governação democrática nacional. • O projecto está ligado ao Documento Estratégico Nacional do Governo para a Redução da Pobreza e ao Quadro de Apoio das Nações Unidas ao Desenvolvimento através do reforço dos mecanismos de resposta e de responsabilidade pública no tratamento das preocupações e dos interesses dos cidadãos comuns, incluindo mulheres e outros grupos vulneráveis; o estabelecimento de processos políticos públicos efectivos onde o sector público desenvolve sua capacidade e adquire os recursos para gerir programas no interesse nacional; e o reforço da capacidade das instituições governativas em ajudarem a criar um ambiente propício ao alcance das objectivos do alívio da pobreza e da prevenção e gestão de crise. <p>Nota: A Nota de Orientação e as Propostas Inteiras do Projeto de Assistência para o Ciclo Eleitoral foram aprovadas pelo Comité Nacional de Pilotagem para o Fundo para a Consolidação da Paz em reuniões nos dias 24 de Abril e 29 de Maio, respectivamente. Toda a documentação relacionada tem sido processada e mandada ao Fundo Fiduciário dos Multi-Doadores (Multi Donor Trust Fund) para a transferência dos fundos marcados para que o começo da implementação do projeto aconteça logo.</p>
---	---

4. COORDENAÇÃO, SELECÇÃO DE PROJECTO E IMPLEMENTAÇÃO

37. Na Guiné-Bissau, o Representante Residente do Secretário-geral das Nações Unidas será o maior ponto focal e elo de ligação com o Escritório de Apoio à Consolidação da Paz e a Comissão para a Consolidação da Paz.

38. Os mecanismos de coordenação, selecção e implementação dos projetos foram estabelecidos com clareza nos Termos de Referencia e nas Regras de Procedimento do Comité Nacional de Pilotagem (CNP) creado no princípio do mês de Abril, composto por representantes do Governo, Nações Unidas e outros parceiros. O CNP é co-presidido por parte do governo por o Ministro da Presidencia do Conselho de Ministros e por parte das Nações Unidas por o Representante do Secretario-Geral na Guiné-Bissau. Outros representantes do governo incluem membros do

Governo, sociedade civil, grupos de mulheres e do sector privado. Os representantes da comunidade internacional incluem parceiros bilaterais e multilaterais.

39. Apoiado pelo Secretariado do PBF composto de pessoal financiado pelo PBF, o Comité Nacional de Pilotagem (CNP) é responsável pela orientação política do processo, assim como a gerência, aprovação e acompanhamento dos projectos. Os comités de revisão Temáticos do CNP, compostos por peritos nacionais e internacionais nas áreas relacionadas com os projectos a serem implementados, irão avaliar as propostas de projecto antes da sua submissão ao Comité Nacional de Pilotagem para aprovação.

40. A revisão será feita por grupo de pedidos submetidos para financiamento de projectos. As decisões serão tomadas com base numa série de critérios inclusive:

- A pertinência do projecto no tratamento das áreas de preocupação conforme detalhadas no plano de prioridade.
- O quadro temporal, os custos (os custos líquidos e uma análise da relação de custo e benefício para a população alvo proposta)
- Prova da capacidade de execução do programa (experiências anteriores)
- Uma clara demonstração de boa prática na compreensão do carácter sensível do conflito e da capacidade em realizar projectos efectivamente nos termos em que foram propostos.
- Abordagem conjunta com as Nações Unidas que demonstra ligação com os actuais esforços similares.

4.1 Seguimento e Avaliação

41. Os mecanismos existentes dentro dos programas nacionais e planos de ação, como a estratégia DENARP do governo, contêm processos de seguimento e avaliação da implementação de projectos e um maior leque de políticas e resultados visados e objectivos. Com base nisso, as ferramentas de avaliação serão afinadas para assegurar uma análise mais profunda dos esforços pela consolidação da paz e os consequentes dividendos associados com os projectos – como também a sua efectividade e sustentabilidade a longo prazo.

42. O Comité Nacional de Pilotagem irá exigir, após doze meses de implementação, uma avaliação completa do impacto do Fundo da Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. A formulação de indicadores mensuráveis do impacto – para além de um simples ‘indicadores de resultado / execução’ será a tarefa principal dos participantes do programa (inclusive das comunidades) durante a fase inicial da implementação do Fundo na Guiné-Bissau.

43. Em relação ao seguimento e avaliação, é importante sublinhar questões potenciais relacionadas ao nível de capacidade nacional, particularmente a capacidade de absorção em termos de qualquer assistência, técnica ou financeira, que pode ser providenciada para a implementação dos projectos baixo o calendário de curto-prazo do PBF, sem mencionar o calendário de médio a longo prazo baixo o quadro estratégico do PBC. É importante tomar em consideração, na finalização do Plano de Prioridades para a Guiné-Bissau, a uma revisão e propostas em relação ao problemas de capacidade nacional.

44. O grau em que o engajamento à análise e a sensibilidade ao conflito é tido em conta no processo do Documento Estratégico Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP) será um factor determinante. Os indicadores tomarão a forma de princípios basilares que as Nações Unidas têm adoptado na base de que se alinham globalmente com a paz e o desenvolvimento

humano. São por exemplo: a inclusão e a tolerância; a transparência e a responsabilidade; a igualdade e o acesso à oportunidade; e a protecção ao abrigo da lei. Ainda têm que reflectir os factores de conflito específicos ao contexto da Guiné-Bissau. O sucesso na consolidação da paz será ilustrado pela maneira como os Guineenses desenvolvem capacidades e mecanismos de gestão e prevenção de futuros conflitos.